



REVISTA  
Casa da  
**GEOGRAFIA**  
de Sobral  
ISSN 2316-8056

## AGRICULTURA FAMILIAR OU CAMPONESA? REFLEXÕES E TENSÕES A RESPEITO DOS CONCEITOS

Family or Peasant Farming? Reflections And Tensions About The Concepts

¿Agricultura Familiar O Campesina? Reflexiones Y Tensiones Sobre Los Conceptos

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v25.877>

Antonio Wallas Vitorino Pereira<sup>1</sup>

Histórico do Artigo:  
Recebido em 18 de dezembro de 2022  
Aceito em 28 de julho de 2023  
Publicado em 02 de agosto de 2023

### RESUMO

A discussão sobre camponês e agricultor familiar na atualidade toma um cunho muito mais que ideológico e conceitual. Este debate, que atualmente carrega uma importância política é reflexo da luta de classes e da heterogeneidade do campo brasileiro. Nessa lógica, buscamos apresentar uma síntese teórico-conceitual sobre os conceitos de camponês e agricultor familiar expondo as principais diferenças entre esses sujeitos sociais que fazem o espaço agrário brasileiro. Partindo deste pressuposto, buscamos elucidar as diferenças conceituais que circundam estes dois conceitos partindo da ideia inicial de que o camponês é significado de resistência e luta contra o capitalismo e o agricultor familiar representa a figura do sujeito que tende a se incorporar ao sistema capitalista. Nesta seara trazemos alguns autores clássicos da Geografia Agrária na perspectiva de fortalecer a discussão e rediscutir as diferenças desses conceitos que muitas vezes são caracterizados como um só, quando na realidade há uma grande diferença ideológica e conceitual. Apresentamos esta discussão no intuito de realçar a importância do posicionamento político enquanto classe camponesa na premissa de fortalecer a luta pela terra e da resistência do camponês enquanto sujeito social ativo no campo e o campesinato enquanto classe social.

**Palavras-Chave:** Camponês. Agricultura Familiar. Resistência.

<sup>1</sup> Professor Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professor da rede estadual de Ensino do Estado do Ceará. Email: wallasprofe@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4021-3575>



**ABSTRACT**

The discussion on peasant and family farmer today takes much more than an ideological and conceptual nature. This debate, which currently carries a political importance is a reflection of the class struggle and the heterogeneity of the Brazilian countryside. In this logic we seek to present theoretical and conceptual synthesis of the concepts of peasant and family farmer exposing the main differences between these social subjects that make the Brazilian agrarian space. Based on this assumption, we seek to elucidate the conceptual differences that surround these two concepts starting from the initial idea that the peasant is meaning of resistance and struggle against capitalism and the family farmer represents the figure of the subject that tends to incorporate the capitalist system. In this field we bring some classic authors of agrarian geography from the perspective of strengthen the discussion and re-discuss the differences of these concepts that are often characterized as one, when in reality there is a great ideological and conceptual difference. We present this discussion in order to highlight the importance of political positioning as a peasant class on the premise of strengthening the struggle for land and resistance of the peasant while active social subject in the countryside and the peasantry as a social class.

**Keywords:** Peasant; Family Farming; Resistance.

**RESUMEN**

La discusión sobre el campesinado y la agricultura familiar tiene hoy un carácter mucho más que ideológico y conceptual. Este debate, que actualmente tiene una importancia política, es un reflejo de la lucha de clases y de la heterogeneidad del campo brasileño. Em esta lógica buscamos presentar síntesis teórica y conceptual de los conceptos de campesino y agricultor familiar exponiendo las principales diferencias entre estos sujetos sociales que componen el espacio agrario brasileño. Partiendo de este supuesto, buscamos dilucidar las diferencias conceptuales que rodean a estos dos conceptos partiendo de la idea inicial de que el campesino es significado de resistencia y lucha contra el capitalismo y que el agricultor familiar representa la figura del sujeto que tiende a incorporar el sistema capitalista. Em este campo traemos algunos autores clásicos de la geografía agraria com em la perspectiva de fortalecer la discusión y rediscutir las diferencias de estos conceptos que a menudo se caracterizan como uno, cuando em realidad hay una gran diferencia ideológica y conceptual. Presentamos esta discusión com el fin de resaltar la importancia del posicionamiento político como clase campesina sobre la premisa de fortalecer la lucha por la tierra y la resistencia del campesino como sujeto social activo em el campo y del campesinado como clase social.

**Palabras-chave:** campesino; Agricultura Familiar; resitencia.

**INTRODUÇÃO**

A discussão sobre camponês e agricultor familiar na atualidade toma um cunho muito mais que ideológico e conceitual. Este debate, que atualmente carrega uma importância política, é reflexo da luta de classes e da heterogeneidade do campo brasileiro. Nos dias de hoje, mais do que nunca, a autodenominação de camponês é sinônimo de resistência e negação à integração, ao mercado e ao sistema capitalista.

O que poderia ser apenas uma discussão conceitual entre categorias, após as décadas de 1980 e 1990, tornou-se um dos símbolos da luta pela terra e pelo direito do camponês de ser camponês. Assumir-se como camponês é assumir para si a responsabilidade da luta de classes entre camponês e latifundiário. Nesse âmbito, a luta pelo reconhecimento e pela resistência camponesa, tanto do ponto de vista prático (modo de ser no cotidiano) quanto no campo teórico (a própria utilização do termo camponês nas políticas públicas), torna-se uma necessidade frente às categorias que surgem como estratégia do

Estado conservador neoliberal, e a favor da burguesia, que busca desarticular a classe camponesa, inserindo no campo teórico e político categorias que visam dividir a população camponesa, no intuito de apresentar a realidade do campo brasileiro como homogênea, livre de conflitos e desigualdades.

É neste âmbito que, na década de 1990, no período neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, durante a intensificação do processo de reestruturação produtiva, foi apresentada a categoria “Agricultura Familiar”, utilizada agora como o foco central das políticas públicas e tendo seus sujeitos nomeados como *agricultores familiares* e não mais camponeses que antes eram assistidos por programas governamentais, como o Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária (PROCERA).

É através desse “novo” que o Estado e o capitalismo passam a se inserir cada vez mais nos espaços antes desconhecidos. A partir dessa discussão teórica, as políticas públicas, sob o apoio do Estado, empregam a categoria de agricultura familiar com um objetivo claro e, para muitos, perverso, que é o de integrar os camponeses ao mercado (FERNANDES, 2001 p. 3). Todavia, esse processo de integração é excludente, tendo em vista que nem todos os agricultores de base familiar possuem condições técnicas de se integrar a esse processo. Em muitos casos, a propriedade é arrendada e o agricultor que nela trabalha não tem liberdade para produzir o que realmente deseja nem da forma que realmente quer.

Ademais, diante da experiência diária com o capitalismo, sabemos que a integração ao mercado não é a melhor alternativa para o pequeno produtor de base familiar, além disso, esse processo exclui a maioria dos sujeitos que buscam essa inserção. Concordamos com Fernandes (2003) no sentido de que, para que os camponeses continuem sendo produtores familiares, a saída não está na integração ao mercado, mas sim na luta e na resistência, pois o “mercado capitalista é muito mais um espaço de destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses – posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários – estão inseridos no mercado” (FERNANDES, 2003 p. 19).

Quando o mercado capitalista insere os pequenos produtores em sua lógica, cria uma dependência que faz com que o pequeno produtor fique preso ao grande capitalista, que determina os preços e comanda toda a lógica de mercado. Com a flexibilização do trabalho, característica da reestruturação produtiva, vemos cada vez mais grupos de pequenos produtores se aliando a grandes empresas com o intuito de crescerem economicamente, entretanto, o que não se percebe é que essas parcerias criam um ciclo de dependência em que sempre o pequeno sai perdendo.

Sendo que o campo brasileiro é bastante heterogêneo, considerar que todos os sujeitos que vivem nele são agricultores familiares e que possuem as mesmas condições financeiras e técnicas é, no

mínimo, ingenuidade. Outro elemento de suma importância a se ponderar é a estrutura fundiária do país, que é presa por concentrar grandes propriedades nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população camponesa ou possui pequenas porções de terras ou trabalha através de arrendamento e parceria, ou ainda está em luta pela sua própria terra para produzir e se reproduzir como camponês. É nesta seara que nos propomos a discutir as principais diferenças entre esses dois conceitos.

### **COMO AS RELAÇÕES CAPITALISTAS SE REPRODUZEM EM MEIO AO ESPAÇO AGRÁRIO: AS RELAÇÕES CAPITALISTAS E NÃO-CAPITALISTAS**

Considerando o contexto inicial da introdução sobre os dois conceitos em questão, é necessário que compreendamos um ponto de tensão entre a Agricultura Familiar e a Agricultura Camponesa. De um lado temos a Agricultura Familiar que tende a ser uma estratégia do capital de se inserir no campo da pequena produção. Com um discurso de autonomia financeira e de constante ascensão social e econômica, os discursos governamentais e da mídia apresentam o agricultor familiar como o próximo grande produtor do agronegócio.

Todavia, esse é um discurso que não apresenta sua outra face. A incorporação ao capital apresentada pelo discurso da Agricultura Familiar é excludente e bastante seletiva, o que conseqüentemente resulta em mais pobreza e dependência de recursos financeiros. É uma cadeia produtiva que cria uma dependência. O agricultor que trabalha com sementes transgênicas precisa adequar o solo a esta semente, o que faz com que este tenha que comprar adubos para o solo, esta planta conseqüentemente será mais vulnerável ao ambiente e para que possa produzir o máximo possível necessitará ser tratada com defensivos agrícolas e, a depender do clima, pode necessitar de irrigação. Em síntese, é uma cadeia produtiva que em muitos casos uma única empresa controla todo o processo que vai desde a semente até a máquina que realiza a colheita.

Todo esse processo requer investimentos, que muitas vezes o agricultor de base familiar não possui. E ao tentar inserir-se a essa cadeia produtiva ele acaba tendo que fazer financiamentos em bancos. É aí que muitas vezes está o problema. Esse financiamento pode vir a gerar o endividamento de muitos pequenos produtores, visto que as linhas de crédito do governo garantem o financiamento para a produção, mas não garantem a comercialização dos produtos. Quando o pequeno produtor chega na hora da comercialização terá que competir com grandes produtores, precisando adequar os preços de seus produtos aos preços de mercado. Uma disputa desleal, pois não há como um pequeno produtor disputar preços com um grande produtor. Esta é a prova de que essa inserção no sistema, da forma que

a propaganda neoliberal prega, não tem como existir, pois o que há de fato é uma exclusão e endividamento do pequeno produtor e a sujeição de seus produtos ao preço do mercado.

Essa é uma das formas que o sistema capitalista encontra para se inserir no espaço agrário da pequena produção de base familiar. Uma outra forma é a sujeição da renda da terra. Ao tratarmos dessa situação, podemos perceber uma relação não capitalista dentro do sistema capitalista. À medida que o camponês arrenda uma propriedade, passa a explorá-la como terra de uso para a sua sobrevivência e de sua família, todavia, essa parcela que ele paga ao proprietário em dinheiro (renda em dinheiro) muitas vezes é utilizada para uma atividade de fim capitalista ou é reintroduzida na produção do proprietário. Segundo Oliveira (2001, p. 11),

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção, de outro, as relações de produção não capitalistas, como trabalho familiar praticado pelo lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria praticamente todo o excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua produção.

É um processo complexo e contraditório, pois, à proporção que o capitalismo avança em determinados lugares, as relações não capitalistas avançam em outros. É como diz Oliveira (2001 p. 11): “Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não capitalistas”.

Esse paradoxo é o que torna tão complexo compreender as relações de trabalho no campo brasileiro, por isso não podemos agrupar todos os sujeitos sociais que vivem no campo em um único pacote conceitual e nem afirmar que a única alternativa para o agricultor sobreviver no campo é a sua integração ao capital. O próprio sistema capitalista, como acima citamos, necessita dessas relações não capitalistas no campo para poder se reproduzir e se territorializar. Um exemplo claro disso é através da sujeição da renda da terra. Esta, por sua vez, é decorrente de uma relação não capitalista que, posteriormente, será convertida em capital integrante do sistema capitalista, ou será empregada diretamente na atividade capitalista (OLIVEIRA, 2001). Nesse caso, a renda da terra pode ser de três formas: renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra e dinheiro (OLIVEIRA, 2007).

É na luta pelo direito do camponês ser camponês e na resistência contra o capitalismo que os camponeses continuam a reproduzir a lógica das relações não capitalistas de produção, tendo como

base o trabalho familiar, que, diferente da lógica capitalista, não se baseia no salário nem na exploração do trabalho alheio.

## O QUE É AGRICULTURA FAMILIAR?

A proposta desta parte da discussão não é apresentar as semelhanças entre os agricultores familiares e os trabalhadores camponeses, mas sim apresentar o abismo ideológico e conceitual que existe entre esses dois conceitos, o que faz com que não possamos compreendê-los como a mesma “coisa”.

Compreender a agricultura familiar e a agricultura camponesa na contemporaneidade é estar ciente de que essas duas categorias de análise passam por todo um contexto político e ideológico que se envolvem, no que Bernardo Mançano Fernandes (2014) apresenta como dois paradigmas, o paradigma da questão agrária que acredita na existência do camponês – esse sujeito que, dependendo do seu grau de relação com o capital, pode ser considerado agricultor de base familiar que luta contra o sistema capitalista, pois o capitalismo pode ser o fim das relações camponesas; e o paradigma do capitalismo agrário, que prevê a evolução do camponês para agricultor familiar, sendo o primeiro sinônimo de atrasado, reflexo do retrocesso, ultrapassado. Sendo assim:

El paradigma de la cuestión agraria está dispuesto em dos tendencias: la proletarista, que tiene como énfasis las relaciones capital-trabajo, y la campesinista, que tiene como énfasis las relaciones sociales y su enfrentamiento con el capital. Para el paradigma del capitalismo agrario, las desigualdades generadas por las relaciones capitalistas son un problema coyuntural y puede ser superado por medio de las políticas que posibiliten la “integración” del campesinado o “agricultor de base familiar” al mercado capitalista. (FERNANDES, 2014 p.25-26)

Todavía, essa integração é carregada de intencionalidades que refletem o interesse do sistema capitalista em se apropriar de territórios onde o modo de vida camponês prevalece e causa dependência dos agricultores de base familiar em relação a insumos químicos, e, como já citamos anteriormente, essa discussão tomou rumos teórico-conceituais e, atualmente, reflete-se em um contexto prático em que, através de uma análise do processo de produção, pode-se identificar os agricultores de base familiar (os camponeses) e os agricultores familiares “capitalizados”.

Segundo Fernandes (2003), essa metamorfose de camponês em agricultor familiar foi mais uma estratégia do governo Fernando Henrique Cardoso para tentar desmobilizar a luta pela terra e mascarar os antagonismos do espaço agrário brasileiro. Além disso, essa nova categoria caracteriza um novo momento da discussão agrária, “o novo mundo rural”. Neste segmento teórico, acredita-se que “os

problemas relacionados à questão da terra, do campo e da cidade, do capital e do trabalho familiar serão resolvidos pelo desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2003, p. 13). Mera ilusão, tendo em vista que o capitalismo aliena, explora e necessita da dependência de outros para sobreviver.

Nesse debate paradigmático, diferentes autores apresentam suas diferentes concepções na tentativa de compreender as relações sociais, políticas e econômicas do espaço agrário brasileiro. Segundo Fernandes (2014, p. 23), “la discusión sobre los conceptos tiene un papel importante dentro del debate paradigmático, porque traen a la luz las intencionalidades de los pensadores y revelan sus posiciones políticas.” Ainda segundo esses dois paradigmas, o mesmo autor afirma que, “los paradigmas representan intereses, ideologías, deseos y determinaciones, que se materializan por medio de las políticas públicas en los territorios de acuerdo con las pretensiones de las classes sociales”. (p. 25)

O posicionamento político é, muitas vezes, o verdadeiro divisor de águas: assim como pode dar visibilidade a uma classe, também pode invisibilizá-la. Essa exclusão ou invisibilidade da classe camponesa na atualidade é reflexo de um jogo de interesses em que o Estado, junto aos barões do agronegócio, cria e recria medidas para desarticular e demudar a imagem dos movimentos sociais do campo, criando uma visão fantasmagórica e marginal dos que lutam por democracia e qualidade de vida no campo, desconfigurando a discussão conceitual.

Atualmente, empresários, Estado e mídia marginalizam os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), construindo, junto a uma boa parte da sociedade civil, uma imagem negativa e antidemocrática deles, e ainda, pregando o uso da força policial e a violência como solução para calar e paralisar os movimentos sociais organizados.

Esse posicionamento político reacionário é apresentado claramente nos discursos da maioria dos governantes e transcrito para os documentos e para os projetos políticos. No cerne da nossa discussão, *campesinato e agricultura familiar*, a manifestação política e a identidade são símbolos de resistência e luta, todavia, as políticas públicas direcionadas aos camponeses sofreram um impacto muito duro após a reestruturação produtiva. Um desses impactos foi a própria nomenclatura relacionada às políticas públicas, havendo, assim, uma substituição do termo *camponês* por *agricultor familiar* como uma forma de eliminar o camponês das discussões políticas. Segundo Hocsman (2014, p. 48),

[...] el paradigma del capitalismo agrario trajo una diferenciación teórica y política que se ha manifestado en políticas públicas y organizaciones sociales de los trabajadores en el medio rural; una diferenciación que interpreto no está presente o se soslaya em las interpretaciones y usos del concepto de AF (agricultura familiar) presentes en los documentos analizados.

Geralmente, esses tipos de documentos (documentos públicos direcionados às comunidades camponesas), criados por instituições governamentais, tratam da agricultura familiar como

uma categoria que reflete toda a realidade do campo brasileiro, ou seja, englobam diversas categorias que existem em um único conceito. É neste âmbito que concordamos com Wanderley (1996) quando afirma que a agricultura familiar é um conceito genérico. Tal conceito acaba escondendo a heterogeneidade presente no campo brasileiro. Já que um agricultor familiar pode não ser um camponês, então, ao agruparmos todos em um mesmo pacote conceitual, estamos negando a presença de vários elementos e sujeitos que formam o espaço agrário brasileiro.

Com isso, surge a indagação: o que é um camponês e o que é um agricultor familiar? Segundo Wanderley (1996, p. 3),

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

É diante desta afirmação que trataremos no tópico seguinte as especificidades conceituais que constroem o conceito de camponês.

## O QUE É AGRICULTURA CAMPONESA?

A figura do camponês difere da figura do agricultor familiar pelo fato de além de constituir uma forma de trabalho, constitui um modo de vida, no qual busca na terra não uma simples relação de exploração, mas uma relação de troca, uma relação sustentável, uma relação de sobrevivência. A própria técnica de cultivo é uma das diferenças essenciais entre o agricultor camponês e o agricultor familiar. Cabe aqui fazermos uma rápida e prática colocação conceitual: toda agricultura camponesa tem sua base familiar, mas nem toda produção familiar tem como base a agricultura camponesa (MALAGODI, 2007).

Concordamos com Marques (2008, p. 2), quando afirma que devemos entender o campesinato como uma classe social e não como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Indo mais além, a autora toca em um ponto crucial neste debate ao apresentar o campesinato como uma resistência ao modelo capitalista concentrador que se apresenta no campo sob a forma da concentração de terras nas mãos dos latifundiários – um posicionamento contrário ao paradigma do capitalismo agrário refletido na categoria de agricultura familiar, que prega como a única alternativa para os pequenos produtores a integração ao mercado e a metamorfose do camponês em agricultor familiar. (MARQUES, 2008)

Neste sentido, encontramos no campesinato não só um modo de produzir, mas um modo de vida, que é caracterizado por todo um processo histórico de lutas e resistência. O camponês, nesse sentido,

Constitui-se num sujeito social, cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista. A racionalidade do mundo camponês está pautada na reprodução social da família, na oferta de alimentos para a família e para a população não camponesa. Esta racionalidade é muito diferente daquela do território do latifundiário capitalista, centrada na obtenção do lucro. A diversificação de atividades, o trabalho familiar ou cooperativo e a vivência comunitária são centrais para as estratégias de reprodução camponesa (DINIZ, 2010, p. 9).

É nesse segmento que compreendemos a agricultura camponesa como sendo, geralmente, pequena, que dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas; todavia, ela não é caracterizada por ser pequena, ou seja, sua dimensão não é o ponto central para sua definição, mas sim suas relações internas e externas (WANDERLEY, 1996).

O camponês brasileiro é um migrante que, segundo Martins (1981, p. 17),

é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-possesores é uma história de perambulação. A história dos camponeses proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos, deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato Grosso. Tanto o deslocamento do posseiro, quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra (MARTINS, 1981: 17)

Por ser constituído dentro das contradições do sistema capitalista, o camponês brasileiro sofre com o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização constantemente. É um processo de luta e resistência que, na grande maioria das vezes, dá-se no espaço entre a cerca e a estrada. “É preciso entender que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de **dentro** do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado” (OLIVEIRA, 2001 p. 49) (*Grifo do autor*). É nessa lógica complexa de contradições que o camponês brasileiro cria seu modo de vida não capitalista dentro do sistema capitalista, ou seja, é dentro da reprodução ampliada do capitalismo que as relações camponesas se reproduzem, em espaços e tempos diferentes.

No momento histórico em que vivemos, se denominar como camponês é mais do que levantar uma bandeira de luta e resistência, é também se dispor a receber críticas e ofensas de uma direita conservadora que desconhece as heterogeneidades do espaço agrário brasileiro e o próprio processo de formação histórico e territorial do nosso país. Movidos por um discurso de ódio esses

movimentos direitistas e conservadores pregam a aversão ao camponês e aos que participam de movimentos sociais como o MST e outros. Além de resistência e luta por permanência na terra, esta, com valor de uso, prova que ser camponês na atualidade é confrontar a teoria clássica do capitalismo que prega a metamorfose do camponês em proletariado. Confrontar o capitalismo tornou-se a única saída para a sobrevivência do camponês. Segundo Marques (2008), o campesinato se caracteriza por ser uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora é contraditória.

Ainda, ressaltamos que a classe camponesa não é homogênea quanto aos seus sujeitos. “Toda comunidade camponesa dispõe de estruturas complexas de exploração interna de vizinhança” (SHANIN, 2005, p. 11). Segundo Shanin (2005, 18),

O termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não-apenas-camponesa e/ou extra-historicidade. Essas ideias são como espantalhos, coisas que as crianças se encantam em derrubar. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. O campesinato é um processo e, necessariamente, parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. O conceito de camponês é seletivo; a questão é o que podemos aprender valendo-nos apenas dele.

É a partir dessas especificidades e como um processo de resistência e luta permanente que o modo de produção capitalista reconfigurou sua maneira de interferir nas relações sociais e produtivas do campo. Como tentativa de mascarar a heterogeneidade do campo brasileiro e com as resistências camponesas, pelo menos no campo teórico, o Estado criou a categoria de agricultura familiar. Esta, por sua vez, surge como uma forma de eliminar das discussões políticas a imagem do camponês como sujeito social e político no campo brasileiro.

No limiar da década de 1990, no período de fortalecimento do modelo neoliberal brasileiro, o Estado passa a reprimir cada vez mais os movimentos de luta pela terra e as políticas públicas direcionadas à recriação do campesinato tomam novos rumos. Estes, por sua vez, não levavam mais em conta a recriação do camponês como camponês, mas sim a recriação do camponês em agricultor familiar capitalizado.

Estamos vivenciando um novo momento da luta pela terra, que começou a ser formado a partir da segunda metade da década de 1990. A questão agrária foi intensificada com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações e na implantação do Banco da Terra, na extinção da assistência técnica e na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais. Os objetivos dessas políticas são diversos. Podem ser sistematizados na estratégia de desarticulação das relações entre as principais instituições envolvidas com o problema agrário, principalmente dos movimentos

camponeses, sindicais, e na constituição de novos espaços de representação, por meio dos conselhos de desenvolvimento rural, em diferentes escalas geográficas. Essas ações são formuladas e realizadas na produção do paradigma do capitalismo agrário. (FERNANDES, 2003 p. 12)

É nesse contexto que surge aqui no Brasil a categoria de agricultura familiar, carregada de intencionalidades, quando vista a partir da análise teórico/conceitual e repleta de interesses do ponto de vista político. Como já citamos anteriormente, esta categoria surge aqui no Brasil, no início da década de 1990, como uma tentativa de mascarar os conflitos do campo brasileiro e disseminar a ideia do paradigma do capitalismo agrário, que prega o fim do camponês. Fernandes (2014, p. 29) salienta que:

El surgimiento del concepto de agricultura familiar impactó la realidad de forma ostentosa, creó políticas públicas, como el Programa Nacional de Fortalecimiento de la agricultura familiar (Pronaf), y un movimiento socioterritorial nacional: Federación de los Trabajadores en la Agricultura Familiar (Fetraf). Otros dos hechos que corroboran la ofensiva de este concepto son: 1) la ley n.º 11 326, de 24 de julio de 2006, que estableció “as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais”; y 2) el Censo Agropecuario 2006 que, por primera vez, publicó una edición especial destacando la producción de la agricultura familiar brasileira em relación con la producción no familiar (agronegocio).

O autor salienta ainda que, muitas vezes, nos discursos acadêmicos, a dicotomia entre o conceito de agricultura familiar como moderno e o conceito de camponês como atrasado ainda é bastante vista. Contudo, em outro parágrafo, o autor afirma, e concordamos com ele, que “el pensamiento que separa el campesinado de la agricultura familiar ignora las luchas campesinas de resistencia al capital y defienden la ‘integración de la agricultura familiar al agronegocio’” (p. 30). Acreditamos que o discurso deva ser o ponto de partida para elucidarmos a diferença entre camponês e agricultor familiar, principalmente nos meios acadêmicos. Pois são nesses espaços que as discussões teóricas são construídas. Entretanto, é na prática do cotidiano que estes dois sujeitos sociais são compreendidos e diferenciados.

### **SENDO ASSIM...**

A agricultura familiar se apresenta com muitas conotações e heterogeneidades no seu interior, sendo considerada como categoria analítica, de designação, como termo jurídico, sendo que cada terminologia se recobre de fundamentações e relevâncias diferentes para os setores que ela abrange (NEVES, 2012). De acordo com Delgado & Bergamasco (2017), a agricultura familiar apresenta-se com uma forma social de produção e apresenta contribuições materiais e imateriais à sociedade brasileira, todavia ao partimos de uma análise prática, ou seja, de uma análise que busque diferenciar o agricultor familiar do camponês analisando o seu modo de produção e manejo, o que vai diferenciá-los

será o grau e a forma de capitalização (inserção no mercado) que cada sujeito apresenta. O grande distanciamento de uma categoria para outra está no campo teórico/conceitual, em que um (camponês) é reflexo de luta e resistência ao capitalismo, e o outro (agricultura familiar) é um modelo que prega a integração ao capitalismo.

Segundo Fernandes (2014, p.31), “campesinado y agricultura familiar son un mismo sujeto comprendido por diferentes conceptos, tendencias y paradigmas, representados por las lecturas que se hacen de la agricultura no capitalista y sus relaciones com la agricultura capitalista”. Eis o ponto central da grande complexidade que envolve esses dois conceitos.

Outro aspecto que merece destaque quanto à discussão teórica sobre os dois conceitos está direcionado à organização do trabalho familiar.

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos, pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de *agricultura familiar* com consistência teórica não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho (FERNANDES, sd p. 3).

Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAF (2016, p.1), a agricultura familiar é aquela em que “a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda”. Indo de acordo com a Lei nº 11.326/2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar como “aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família” (SEAF, 2016, p. 1).

De acordo com Fernandes (2001 p. 8), a agricultura familiar

Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidentemente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital. Nesta tese, o Estado tem um papel determinante na elaboração das políticas que garantam a diminuição das desigualdades geradas pelo processo de diferenciação. Nos países em que o Estado cumpre esse papel, com políticas de controle fundiário, crédito e de subsídios para os camponeses como, por exemplo, na Europa, o processo de expropriação é menos intenso. Todavia, no Brasil, em que o Estado e o Congresso são controlados pelos interesses do empresariado e dos ruralistas, são raríssimas as políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento da agricultura camponesa. E, quando são criadas, é por causa das lutas dos trabalhadores. Basta observar as políticas do Ministério da Agricultura, voltadas exclusivamente para a agricultura capitalista. Esse fato é tão evidente, que as atuais políticas para a chamada *agricultura familiar* são desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Essa estratégia de substituir o conceito de camponês pela categoria de agricultura familiar, além de mascarar a realidade desigual do espaço agrário brasileiro, reflete também a lógica da teoria da

modernização da agricultura e da dependência que os pequenos produtores terão ao integrar-se ao mercado capitalista. Esse é um dos motivos pelos quais concordamos com Neves (2012 p. 2-3) quando afirma o seguinte:

[...] não reconheço o termo *agricultura familiar* como conceito teórico. Ele é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração. Os pesquisadores não podem usá-lo se esquecendo de que o trabalho político de reconhecimento social implica a eufemização dos significados subjacentes à categoria... Ele [o termo] pressupõe a superação do insulamento político cultural e da precariedade material dos camponeses, dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos meeiros, dos assentados rurais, dos trabalhadores sem terra. Portanto, a categoria de *agricultura familiar* acena para um padrão ideal de integração diferenciada de uma heterogênea massa de produtores a trabalhadores rurais. E se legitima por um sistema de atitudes que lhe está associado, que denota a inserção num projeto de mudanças da posição política e, por isso, da secundarização do papel econômico e social. Portanto, trata-se de uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político.

É nessa lógica que partindo do pressuposto teórico/conceitual a expressão “agricultura familiar” é reflexo de negação à resistência camponesa e da existência dessa classe que busca através da luta se recriar dentro do sistema capitalista, mas sem integrar-se a ele.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos seis anos, após o golpe que retirou a Presidenta Dilma Rousseff, as políticas públicas direcionadas à agricultura camponesa e de base familiar sofreram fortes cortes orçamentários. Como se isso já não bastasse a represália aos movimentos sociais e os investimentos pesados no agronegócio tornaram-se as bandeiras do governo subsequente.

Atualmente, vivemos um momento de mudanças e incertezas diante da polarização política existente no Brasil. As discussões teóricas sobre o conceito de camponês e agricultura familiar torna-se necessária na atualidade, pois traz à tona uma discussão que não pode passar despercebida.

Ainda se faz muita confusão em relação a esses dois conceitos a ponto de haver a exclusão de um para que o outro se sobressaia. Diante dessas confusões e tentativas de desarticular as lutas camponesas notamos que há a necessidade de cada vez mais reforçar as discussões no campo teórico sobre o conceito de campesinato e apresentar a partir de uma perspectiva crítica o que vem a ser o conceito de agricultura família. Mais do que a discussão teórica, apresentar o abismo ideológico entre essas duas categorias é uma necessidade que contribuirá para o fortalecimento das lutas no campo e para a resistência camponesa, que atualmente sofre duras perseguições e uma forte tentativa de ser desarticulada.

## REFERÊNCIAS

- MARQUES, Marta Inês Medeiros. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA**. Presidente prudente. Ano 11, nº. 12. Pp. 57 – 67. 2008.
- DINIZ, Aldiva Sales. Contribuições Teóricas Para compreensão do Campesinato. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral – CE, v. 12, n. 1, p. 35 – 46, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Questão Agrária no Limiar do Século XXI. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e/ou agricultura familiar. **NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. S/d. disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/uso\\_restrito.php](http://www2.fct.unesp.br/nera/uso_restrito.php).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando La Agricultura Familiar es Campesina. In: HILDAGO, F; FRANCISCO, ed. **Agriculturas Campesinas em Latinoamérica: propuestas Y desafios** / Franciso Hidalgo F. François Houtart, Pilar Lizárraga A., editores – 1.ª ed. – Quito: Editora IAEN, 2014.
- HOCSMAN, Luis Daniel. Horizonte Para la Producción Campesina y Agricultura Familiar en el Modelo Agroalimentario Hegemónico Mundial. Visión desde el Cono Sur. In: HILDAGO, F; FRANCISCO, ed. **Agriculturas Campesinas em Latinoamérica: propuestas Y desafios** / Franciso Hidalgo F. François Houtart, Pilar Lizárraga A., editores – 1.ª ed. – Quito: Editora IAEN, 2014.
- MALAGODI, Edgard. Por Que a Questão Agrária é Uma Questão da Agricultura de Base Familiar e Camponesa? In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, vazes, 1981.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In: CALDART, Roseli Salet; et al. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. – São Paulo: Contexto, 2001. – (Caminhos da Geografia)
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007, 184p.
- SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O Que é Agricultura Familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acessado em: 04/08/2017.
- SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituações e sconeituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera** – Ano 8, N. 7 – julho/dezembro de 2005 – ISSN 1806-6755.
- WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17 - Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.